



CONDUTAS MASCULINAS PARA O ESTUPRO MARITAL REVELADAS POR MULHERES

Ionara da Rocha Virgens*
Nadirlene Pereira Gomes**
Joardana Brock Carneiro***
Luana Moura Campos****
Lilian Conceição Guimarães de Almeida*****
Isabela Carolyne Sena de Andrade*****
Josinete Gonçalves dos Santos*****

RESUMO

Objetivo: desvelar as condutas utilizadas pelos cônjuges para o estupro marital a partir do relato das mulheres. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com 16 mulheres atendidas pela Operação Ronda Maria da Penha, em Salvador, Bahia, Brasil. Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista individual, guiada por um formulário semiestruturado. **Resultados:** A partir das falas, emergiram as seguintes categorias: Imobilização; Aterrorização; Cobrança pela obrigação marital. O estudo revelou que essas estratégias estiveram presentes no cotidiano de estupro marital vivenciado pelas entrevistadas. A partir da presente pesquisa, é possível compreender o ato sexual forçado enquanto elemento relacionado à imposição da força física masculina, pelo apelo emocional e/ou psicológico, quanto por estarem casadas. **Conclusão:** Portanto, urge que sejam oferecidos subsídios para o preparo dos profissionais de saúde, em especial das enfermeiras, com o intuito de fornecer elementos para melhor identificação dessas mulheres, além da criação de espaços para que mulheres e homens possam refletir se vivem plenamente sua sexualidade.

Palavras-chave: Violência Sexual. Estupro. Violência Contra a Mulher. Violência por Parceiro Íntimo. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006) cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, fenômeno que se constitui enquanto violação dos direitos humanos expresso nas formas psicológica, moral, física, patrimonial e sexual⁽¹⁾, sendo uma realidade vivenciada por mulheres em todo o mundo.

Estudos nacionais e internacionais apontam para a menor ocorrência da violência sexual na conjugalidade. Pesquisa na Etiópia com 4.714 mulheres revelou como violência mais prevalente a violência emocional (57,8%), seguida da física (32,2%) e, por último, a sexual

(7,6%)⁽²⁾. De modo semelhante, estudo com 409 mulheres que vivenciaram abuso pelo parceiro íntimo no norte da Uganda retratou violência emocional em 64,8%, física em 61,1% e sexual em 28,1%, esta também em menor proporção⁽³⁾. No Brasil, pesquisa de opinião realizada com 3.000 mulheres acerca dos tipos de violência sofrida por mulheres conhecidas revelou que a violência sexual representou 22%, atrás da violência física (79%), psicológica (58%), moral (48%) e patrimonial (25%)⁽⁴⁾.

Contudo, em que pesem as violências física e psicológica, onde se inserem as ameaças, ocuparem os primeiros rankings de registros, estas não necessariamente correspondem às formas de violência mais frequentes. Isso pode

*Enfermeira. Doutoranda pelo Programa de pós-graduação de Enfermagem e Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, Bahia. E-mail: ionararv@ufba.br. <https://orcid.org/0000-0002-6906-514X>.

**Enfermeira. Doutora em enfermagem. Professora da graduação e pós-graduação de Enfermagem na UFBA. Salvador, Bahia. nadirlenegomes@hotmail.com. ORCIDID: <https://orcid.org/0000-0002-6043-3997>.

***Enfermeira. Doutora pelo Programa de pós-graduação de Enfermagem e Saúde da UFBA. Salvador, Bahia. E-mail: ionararv@ufba.br. ORCIDID: <https://orcid.org/0000-0002-7496-852X>.

****Enfermeira. Doutora em enfermagem. Professora da graduação do Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, Bahia. ORCIDID: <http://orcid.org/0000-0001-5671-1977>.

*****Enfermeira. Doutora em enfermagem. Professora da graduação e pós-graduação de Enfermagem na UFBA. Salvador, Bahia. ORCIDID: <https://orcid.org/0000-0001-6940-9187>.

*****Enfermeira. Doutora em enfermagem. Professora da graduação do Centro Universitário Jorge Amado e da UniFTC. Salvador, Bahia. ORCIDID: <https://orcid.org/0000-0002-2263-7622>.

*****Enfermeira. Doutorapelo Programa de pós-graduação de Enfermagem e Saúde da UFBA. Salvador, Bahia. ORCIDID: <https://orcid.org/0000-0001-7610-3186>.

ser explicado pelo fato de que, no imaginário social, essas expressões representam maior risco à vida da mulher, geralmente se configurando enquanto evento ápice para a denúncia.

Percebe-se que a violência sexual na conjugalidade contempla diversos comportamentos, alguns não comumente associados à ação delituosa, a exemplo do controle reprodutivo, e outros como o estupro marital, que engloba carícias indesejadas e sexo oral forçado. O caráter velado pode estar atrelado ao receio da mulher de compartilhar questões do fórum íntimo e também de se submeter a mais uma violência, visto que os relatos de violência sexual por si só não são uma condição indispensável para que este crime seja provado, sendo a mulher submetida a interrogatórios, muitas vezes, compreendidos como constrangedores e culpabilizadores⁽⁵⁻⁶⁾. Assim, com medo de ser desacreditada, ao experienciar a violência sexual, na privacidade do casal, a mulher decide por se calar, contribuindo para o mascaramento da problemática.

Soma-se, ainda, a dificuldade de percepção do caráter criminoso do estupro marital, que se ancora na visão social do corpo da mulher como objeto de posse do cônjuge. Mesmo com os avanços no que tange à discussão acerca das situações de violência sexual perpetrada pelo parceiro íntimo, ainda vigora o paradigma de sexualidade masculina impulsiva, que sustenta a cultura de que as mulheres sempre querem o sexo, mesmo que o neguem⁽⁷⁾; e o dever feminino de cumprir o contrato marital, que perpassa pela conjunção carnal. Apesar de revogada desde a atualização de 1980, muitos homens ainda acreditam possuir tal direito sexual sobre suas esposas, cobrando-lhes a obtenção do sexo mesmo à revelia da mulher⁽⁸⁾.

Considerando as ações direcionadas para a prevenção e enfrentamento do estupro marital, o presente estudo adota a seguinte questão de pesquisa: Quais as condutas utilizadas pelo cônjuge para o estupro marital a partir do relato das mulheres? E se propõe a desvelar as condutas utilizadas pelos cônjuges para o estupro marital a partir do relato das mulheres.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa vinculada ao projeto intitulado “Enfrentamento da Violência Conjugal no Âmbito do SUS: Tecnologia Social Envolvendo Mulheres, Homens e Profissionais da Atenção Básica”, sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), em cooperação com o Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos, sob parecer de nº 2.639.244.

O estudo foi realizado no período de outubro a dezembro de 2019, no âmbito da Operação Ronda Maria da Penha (ORMP) da Polícia Militar do Estado da Bahia, localizada em Salvador, Bahia, Brasil. Este serviço objetiva assegurar a proteção da mulher que, por se encontrar em risco de morte devido à situação de violência doméstica e/ou familiar, teve a Medida Protetiva de Urgência expedida em seu favor. A seleção das participantes respeitou o seguinte critério de inclusão: mulheres com história de violência conjugal assistidas pela ORMP.

As mulheres foram indicadas pelas assistentes sociais que compõem o serviço psicossocial da ORMP. A estratégia para identificação e aproximação com as possíveis participantes adviu da criação do Grupo Reflexivo com Mulheres (GRM), ação educativa proposta por integrantes do Laboratório de Estudos Violência, Saúde e qualidade de Vid@ (Vid@). Este atua há mais de quinze anos desenvolvendo pesquisa e extensão voltadas às questões de violência contra Mulher.

Os cinco encontros ocorreram, semanalmente, no auditório da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), espaço cedido pelas integrantes do serviço psicossocial da ORMP. O GRM contou com a participação ativa de 16 mulheres, onde foram abordadas as seguintes temáticas: acolhimento e introdução ao GRM; limiar entre amor e violência; tipos de violência; motivos para permanência na relação; estratégias para romper com o relacionamento abusivo; incentivando o autocuidado; autoconhecimento do corpo, práticas sexuais e prazer nas relações. Elencadas a partir da imersão das pesquisadoras nesse serviço, que possibilitou a identificação das demandas das mulheres em trocas informais e

diálogo estabelecido com os profissionais. Vale ressaltar que as discussões temáticas emergiram a partir do que as mulheres compartilhavam em seus relatos, sendo este fato motivador para que as mesmas se sentissem interessadas pelo GRM.

No último encontro de aproximação, foram apresentados os objetivos da pesquisa, e as mulheres foram esclarecidas sobre os aspectos éticos, sendo então convidadas a colaborar com o estudo. As 16 mulheres concordaram, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que pese definição prévia dos critérios de exclusão: estado psicoemocional contraindicado pela psicóloga do serviço psicossocial e não comparecimento para entrevista após três tentativas de contato.

As entrevistas individuais tiveram duração média de 45 minutos, ocorreram em horários previamente agendados e em um espaço privativo e seguro, disponibilizado pelas profissionais da ORMP no âmbito da própria operação. Para coleta de dados, utilizou-se formulário semiestruturado, contendo questões fechadas sobre os dados sociodemográficos e abertas com a seguinte questão norteadora: O que seu cônjuge fazia no ato sexual que te desagradava/incomodava?

As falas foram registradas e armazenadas no gravador digital de voz e Smartphones, posteriormente transcritas na íntegra no editor de textos Microsoft Office Word 2010 para facilitar a organização das informações. Com o intuito de assegurar o anonimato das participantes, essas foram identificadas pela letra M seguida de números sequenciados (M1, M2, M3...) em alusão à "Mulher", atrelada a um algarismo arábico correspondendo à ordem de cada entrevista.

Em seguida, as informações foram processadas com base na análise de conteúdo definida por Bardin⁽⁹⁾, seguindo as seguintes etapas: a pré-análise, fase em que se estabeleceu a leitura "flutuante", primeiro contato com o material bruto; a segunda etapa, que consistiu na exploração do material, quando foram delineadas e agrupadas as unidades de codificação que, a partir da exploração do material bruto e organização das unidades por frequência e intensidade, possibilitaram emergir as categorias; e a terceira etapa, que remete ao processo de análise e interpretação do conteúdo,

sendo os resultados submetidos à inferência e à interpretação das autoras, a partir da ótica da Filósofa Ângela Davis⁽¹⁰⁾, para torná-los significativos e válidos.

RESULTADOS

Participaram do estudo 16 mulheres, com idade entre 24 e 51 anos, que residiam em bairros da periferia da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Quanto à escolaridade, 13 possuem o ensino médio completo, sendo que, destas, três possuem nível superior. Tinham, em média, dois filhos com o cônjuge, todas autodeclararam-se negras (nove pardas e sete pretas) e referiram crer em Deus, sendo que 14 possuíam religião específica (evangélica, católica, espírita).

A partir dos relatos, o estudo desvela que, no âmbito da conjugalidade, as mulheres experienciam um cotidiano de estupro marital, permeado por coerção física e psicológica. Com base na oralidade das mulheres, as condutas utilizadas pelos cônjuges para a consumação deste abuso foram organizadas a partir das seguintes categorias:

Imobilização

As narrativas apontam que muitas mulheres vivenciaram um cotidiano de violência por meio da imobilização. Esta forma de coerção física causa traumas, seja por conta da contenção mecânica propriamente dita, seja resultante do confronto na tentativa de impedir tal restrição, conforme assinalam as falas:

Ele me pegava à força e eu não conseguia sair, porque ele me segurava forte. Na luta, eu acabava machucada. [...] uma vez, depois de separada, ele entrou na minha casa, se escondeu e, de madrugada, veio em cima de mim (M11).

[...]ele queria ter sexo e eu às vezes travava as pernas e ele forçava mesmo, botava a perna entre as minhas, que me deixava com hematomas. Uma das vezes quando me pegou a força me machucou, fiquei sentindo um desconforto muito grande (M6).

Ele me amarrava, segurava minha boca e me esturpava. [...] me obrigava a fazer sexo com ele à noite toda e eu não podia derramar uma lágrima (M9).

Aterrorização

No campo da coerção psicológica, a aterrorização, por meio de ameaças verbais e uso de armas branca e/ou de fogo, desvelou-se enquanto conduta utilizada por homens para o estupro marital. Essas condutas podem ser ilustradas a partir das seguintes falas:

Quando eu não cedia, ele cortava a luz para casa ficar escura e eu não o ver. [...] eu ficava no pânico e terminava cedendo para evitar uma situação pior(M7).

Quando eu não estava a fim de fazer sexo, ele começava a levantar a voz e pegava a faca para mim [...] então eu cedia para evitar problemas(M8).

Ele dizia que não ia me pegar à força, mas me ameaçava de morte para ter relação sexual e colocava uma arma na minha cabeça e eu tinha que fazer sexo à noite inteira com ele [...] arrancou até a porta do quarto para eu não me trancar(M10).

Cobrança pela prática do ato sexual

A partir dos relatos, foi desvelado o comportamento masculino de exigir da parceira o ato sexual, independente do desejo e consentimento. Expressa também enquanto coerção psicológica, esta categoria mostra que a tolerância feminina ocorre em virtude de um desalinhamento entre a identificação do que venha a ser violência sexual e a crença de que deve satisfazer sexualmente seu cônjuge.

Ele dizia que, enquanto eu estivesse dentro de casa, eu tinha que manter relação sexual, mesmo sem querer, porque eu era mulher dele (M14).

[...]ele me cobrava pelo sexo e quando eu não aceitava dizia que eu tinha amantes, me chamava de vagabunda, mas na verdade ele quem tinha muitas mulheres na rua (M16).

Ele fazia chantagem emocional para eu ceder e ter relações sexuais com ele. Dizia que ia buscar outras mulheres na rua. [...] também dizia que eu estava tendo relação e prazer com outro homem para que eu fizesse sexo com ele (M7).

O estudo revela que as mulheres entrevistadas, todas negras, experienciaram um cotidiano de estupro marital, sendo a força física um dos meios utilizados pelos cônjuges para tal fim. Os relatos revelam comportamento violento dos cônjuges ao conter as mulheres, restringindo as possibilidades de fugir. Situação semelhante foi encontrada em estudo desenvolvido pelo Inquérito Nacional Violência de Género em Lisboa, a partir de 396 casos de violência sexual na conjugalidade, que mostrou sobreposição da força física masculina durante a violência, incapacitando a mulher de se defender do estupro marital⁽¹¹⁾. As condutas utilizadas pelo agressor para o sexo forçado guardam relação com o uso de ameaças ou da força corporal⁽¹²⁾.

As narrativas assinalam para outros requintes de barbaridade à mulher, por exemplo, o cônjuge veda a sua boca ou a amarra. Pesquisacom 11mulheres no Irã revela que o cônjuge coloca a mulher em cárcere para que ela não se esquive da relação sexual e utiliza travesseiro para abafar seus gritos⁽¹³⁾. Preocupado com estas situações, o Guia de Boas Práticas para profissionais de saúde, em Lisboa, alerta que relações sexuais onde se utiliza meios “cruéis”, como prender e amarrar, podem indicar que as mulheres o realizam contra sua vontade⁽¹⁴⁾.

Cabe pontuar que a contenção da mulher tende a machucar não só o corpo, mas, principalmente, a alma. Assim sendo, também é relevante um olhar sobre as feridas que abalam o emocional, expressas no descontentamento e sofrimento das mulheres, impossibilitadas, inclusive, de chorar. Embora o estudo não permita afirmar o motivo para o não deixar fluir do choro, algumas conjecturas podem ser feitas: 1) sendo o choro uma forma primitiva de comunicação, entendida como um pedido de ajuda, o homem silencia a mulher para impedir que outras pessoas o escutem, sensibilizem-se e queiram ajudá-la, interrompendo, assim, o abuso; 2) o choro pode estar associado ao constrangimento, tanto para quem chora quanto para quem assiste, de modo que a atitude do cônjuge pode acontecer no sentido de evitar que, ao ver o choro, comova-se e desista da continuidade de sua ação⁽¹⁵⁾.

Para além da condição de subserviência feminina, naturalizada e sustentada socioculturalmente e que coloca a mulher nesta

DISCUSSÃO

subposição de aceitar às atitudes do cônjuge, mesmo que vexatórias e adoecedoras, falar do choro abafado para mulheres negras tem significados ainda mais intensos. Ainda que esse dilema seja vivenciado por mulheres, independente de classe social, raça, geração, região, incide de forma diferenciada na população negra, pela intersecção com os demais marcadores sociais. Essa população apresenta maior vulnerabilidade, já que, além de ser mulher, foi privada historicamente de direitos e hoje ainda é vítima de desigualdades sociais, econômicas e culturais, as quais se constituem como importantes produtores da violência contra a mulher⁽¹⁶⁾.

O cenário evidenciado a partir dos discursos das mulheres, protagonistas das cenas de vivência do estupro marital, reforça ações perversas que violam a dignidade de um público específico, o que converge com a intersecção envolvendo a sobreposição de vulnerabilidades associadas aos marcadores sociais de gênero, raça e classe, uma vez que as 16 mulheres autodeclararam-se negras e moradoras de periferias. Estamos falando de uma sociedade onde o racismo é normalizado e de sujeitos subjugados que se incluem em segundo, inclusive nas relações conjugais, onde muitas vivem a cultura do não amor, do não lugar e da não opção⁽¹⁷⁾.

O estudo aponta, ainda, outro meio utilizado pelos cônjuges para assegurar a relação sexual: a aterrorização. Essa forma de amedrontamento feminino, expressa no estudo pelo levantar do tom de voz, escuridão do ambiente, destruição da porta do quarto e ameaças de morte, intimida as mulheres para a concessão do ato sexual. Com isso, o cônjuge cria um clima de pavor, gerando insegurança na mulher e deixando-a desestabilizada, cenário favorável para o abuso sexual, corroborando a literatura nacional e internacional^(7,13,18).

Chama atenção para o fato de que a aterrorização, presente nos casos de estupros conjugais, também ocorre em situações de estupros perpetrados por estranhos, conforme assinala estudo com 740 mulheres cuja maioria sofreu estupro de terceiros, sob ameaças verbais, uso de armas branca e/ou de fogo⁽¹⁹⁾. Isso mostra que esse requinte de crueldade não se encontra amenizado por se tratar de abuso com alguém

com quem se tem vínculo afetivo.

Trazendo à tona uma compreensão mais aprofundada sobre o poder do homem sobre a mulher, Bordieu^(20:17) explica que a própria relação sexual, seja ela abusiva ou não, perpassa pelo “princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino passivo”. Assim, acredita que, no campo da percepção social acerca das relações sexuais, há um desejo erotizado do homem, que detém a posse; e da mulher, que deseja a subordinação. Tal elemento chama-nos atenção para a possibilidade da não percepção do agravo.

Nesse contexto, diferentemente da imobilização e da aterrorização, que se desvelam como meios claramente utilizados de forma proposital e perversa para se conseguir o ato sexual, a cobrança da obrigação marital, também retratada em nosso estudo, não necessariamente apresenta o caráter intencional, podendo estar associada à dimensão sociocultural que permeia o débito conjugal. Essa concepção guarda relação com a cultura patriarcal que naturaliza a ideia de que a mulher tem obrigações conjugais de cunho sexual para com o marido, devendo estar sempre à sua disposição, não importando sua vontade⁽²¹⁾. Em virtude dessa crença, socialmente compartilhada e legitimada, os homens, como também as mulheres, acreditam que é dever feminino satisfazer sexualmente seus cônjuges, configurando-se um evento naturalizado por ambos.

Imerso nessa realidade, o estudo sugere, ainda, que as mulheres submetem-se aos abusos sexuais acreditando que assim evitarão a infidelidade do parceiro. Em que pese estudos que corroboram acerca da interface entre privação da relação sexual pela mulher e infidelidade masculina, importante pontuar que, mesmo com a vida sexual ativa com suas parceiras, muitos homens vivem relacionamentos extraconjugais, incitados por outros motivos, como a busca de algo novo, de liberdade e de aventura⁽²²⁾. Não podemos desconsiderar que, no campo da masculinidade, a infidelidade vem sendo atrelada ao comportamento do homem, que é estimulado, desde a tenra idade, a ser viril e a exacerbar a sua sexualidade. Essa visão concede poder para que os homens exerçam sua virilidade de forma inconsequente e cruel contra as mulheres⁽²³⁾.

As falas evidenciam, ainda, que a recusa feminina, diante de investidas do cônjuge para o estupro marital, é compreendida por ele como um sinal de infidelidade. Embora nem sempre haja reciprocidade no desejo sexual, isso não é aceito pelos homens, e, para romper com a desconfiança e interromper as agressões verbais, a mulher cede ao ato sexual. Investigação desenvolvida nos Estados Unidos da América (EUA) com 159 casais em situação de violência conjugal também apontou o ciúme por parte dos cônjuges como um preditor significativo para aumento da coerção sexual⁽²¹⁾. Estudo nacional desenvolvido com 12 mulheres alerta que, embora a negação feminina de ter relações sexuais com o parceiro configura-se um contrapoder, tal ato vulnerabiliza ainda mais a episódios de estupro⁽²⁴⁾.

Destarte, os achados explicitam que, independente de intencionalidade, as condutas machistas e desrespeitosas dos cônjuges revelam prática masculina de dominação, postura não mais esperada na contemporaneidade, mas ainda muito presente. Diante desse contexto, e considerando os entraves para revelação do cotidiano sexual, julgado como de foro íntimo, urge estratégias para romper tabus e trazer à cena a intimidade do casal. É essencial que haja espaços para que mulheres, com um olhar especial às negras, reconheçam que viver a sexualidade pode ser junto, ou sozinha, desde que haja satisfação, o que corrobora pesquisa realizada com nove casais que afirma que homens e mulheres satisfeitos com os seus relacionamentos conjugais também estão com os seus relacionamentos sexuais⁽²⁵⁾.

Outra pesquisa com 60 mulheres, que objetivou conhecer as representações sociais acerca das relações sexuais, alerta que, apesar de tantos avanços, ainda há esposas que percebem a relação sexual como uma obrigação do casamento e que o ato ocorre para satisfação do homem, não se preocupando com o seu próprio prazer. Todavia, dá sinais de que, embora lentamente, esta realidade está se transformando, visto que o prazer feminino foi pontuado como essencial, que tem sido buscado através do amor, carinho, intimidade, companheirismo e do prazer⁽²⁶⁾.

Para enfrentar tal problemática, a ocorrência de estupro marital precisa ser pauta nos

atendimentos às mulheres, e, aos profissionais de saúde, remanesce a necessidade de realizarem a escuta sensível, atentos a perceber as entrelinhas dos discursos das mulheres, os silêncios, visto que tudo pode ser um sinalizador de que o cotidiano conjugal está repleto de conflitos. Neste contexto, os profissionais que atuam na ESF, sobretudo a (o) enfermeira(o), pela apropriação na condução de ações de educação em saúde para a melhoria da qualidade de vida da comunidade⁽²⁷⁾, podem desenvolver estratégias grupais que abordem elementos da educação sexual com foco no empoderamento feminino para viver plenamente sua sexualidade, o que insere a preocupação prioritária com o seu próprio prazer.

Pesquisa nos Estados Unidos da América, que utilizou um recurso de educação sexual por meio de mídias com jovens escolares, apontou resultados positivos quanto à maior autoeficácia e intenções de usar contraceptivos, atitudes positivas e intenções de se comunicar sobre saúde sexual; diminuição da aceitação da violência no namoro e papéis estritos de gênero; e aumento do conhecimento sobre saúde sexual⁽²⁸⁾. Nessa mesma linha, estudos desenvolvidos na Coreia do Sul, Nigéria, Espanha e nas Astúrias também sinalizam a importância de implementação de programas de prevenção à violência sexual⁽²⁸⁻²⁹⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que o estupro marital, realizado pelo cônjuge, não se restringe à utilização da força física, despontando-se, ainda, através da pressão psicológica, quando o homem, para assegurar a manutenção do sexo sem consentimento, cria um ambiente de terror ou de cobranças para o sexo.

Oferece subsídios para elaboração de planos de ações estratégicos envolvendo profissionais da área da saúde e enfermagem, visando adirecionar suas práxis, no que tange à investigação da violência sexual, inclusive na conjugalidade. Nesse sentido, o estudo poderá favorecer que estas consigam olhar para as suas relações e perceber se são permeadas por atos de violência e estupro marital.

Ações preventivas podem privilegiar espaços para que mulheres e homens, ou mesmo os

casais, possam refletir sobre a importância da sexualidade do casal e condições esperadas para relações conjugais ancoradas no respeito e no cuidado mútuo. Diante desse contexto, urge o

incentivo quanto à educação para prevenção da violência incentivando a postura ativa das mulheres no campo da sexualidade, de modo a promover o empoderamento feminino.

MALE CONDUCT FOR MARITAL RAPE REVEALED BY WOMEN

ABSTRACT

Objective: To unveil the conduct used by spouses for marital rape from the women's report. **Method:** This is a qualitative research, conducted with 16 women assisted by the Operation *Ronda Maria da Penha*, in Salvador, Bahia, Brazil. For data collection, the individual interview was used, guided by a semi-structured form. **Results:** From the speeches, the following categories emerged: Immobilization; Terrorization; Demand from marital obligation. The study revealed that these strategies were present in the daily life of marital rape experienced by the interviewees. This research slowed the understanding of the forced sexual act as an element related to the imposition of male physical force, by emotional and/or psychological appeal, and for being married. **Conclusion:** Therefore, it is urgent to offer subsidies for the preparation of health professionals, especially nurses, in order to provide elements for better identification of these women, beyond creating spaces for women and men to reflect if they fully live their sexuality.

Keywords: Sexual Violence. Rape. Violence Against Women. Intimate Partner Violence. Nursing.

CONDUCTAS MASCULINAS PARA LA VIOLACIÓN MARITAL EVIDENCIADAS POR MUJERES

RESUMEN

Objetivo: señalar las conductas utilizadas por los cónyuges para la violación marital a partir del relato de las mujeres. **Método:** se trata de una investigación cualitativa, realizada con 16 mujeres atendidas por la Operación *Ronda Maria da Penha*, en Salvador, Bahía, Brasil. Para la recolección de datos, se utilizó entrevista individual, guiada por un formulario semiestructurado. **Resultados:** a partir de los relatos, surgieron las siguientes categorías: Inmovilización; Aterrorización; Cobro por la obligación marital. El estudio reveló que estas estrategias estuvieron presentes en el cotidiano de violación marital vivido por las entrevistadas. A partir de la presente investigación, es posible comprender el acto sexual forzado como elemento relacionado a la imposición de la fuerza física masculina, por el apelo emocional y/o psicológico, así como por estar casadas. **Conclusión:** es necesario, por tanto, que se ofrezcan herramientas para la preparación de los profesionales de la salud, en particular de las enfermeras, con el objetivo de proporcionar elementos para una mejor identificación de estas mujeres, además de la creación de espacios para que mujeres y hombres puedan reflexionar si viven plenamente su sexualidad.

Palabras clave: Violencia Sexual. Violación. Violencia Contra la Mujer. Violencia por Pareja Íntima. Enfermería.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. Brasília; 2006.
2. Chernet AG, Cherie KT. Prevalence of intimate partner violence against women and associated factors in Ethiopia. BMC women's health. 2020; 20(22). DOI: <https://doi.org/10.1186/s12905-020-0892-1>
3. Black E, Worth H, Clarke S, Obol JH, Akera P, Awor A, et al. Prevalence and correlates of intimate partner violence against women in conflict affected northern Uganda: a cross-sectional study. Confl Health. 2019; 13(35). DOI: <https://doi.org/10.1186/s13031-019-0219-8>
4. Senado Federal (Br). Pesquisa DataSenado: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Brasília: Senado Federal, Instituto de Pesquisa DataSenado; 2021.
5. PenelucLC., Cunha ES, Santos SH, Jesus MN. Crime de estupro marital: configuração de violência sexual nas relações conjugais. Diálogos & Ciência. 2022; 2(1), 268-285. DOI: <https://doi.org/10.7447/1678-0493.2022v2n1p268-285>
6. Menezes FM, Gonçalves HS. Estupro nas relações de intimidade: uma violência invisível. Alternativas em Psicologia. 2019.

DOI:

7. Machado AB. Estupro conjugal: narrativas femininas ocultas. Gênero e Questões Penais. 2022; 23. DOI: <https://doi.org/10.1344/cpyp.2022.23.40458>
8. Monica, E. F., Martins, A. P. A., & Rocha, M. H. B. Representações de mulheres estudantes de direito sobre direitos reprodutivos: entre saberes e valores. Educação e Pesquisa, 2019. 45. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945184632>
9. Bardin L. Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70; 2020.
10. Davis, A. Mulheres, raça e classe. Boitempo Editorial. 2016.
11. Patrício JA. Violência contra as mulheres: processos e contextos de vitimização. Fórum Sociológico. 2014; (25):33-43. DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.902>
12. Cerqueira D, Coelho DSC. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Brasília; 2014.
13. Naghavi A, Amani S, Bagheri M, Mol J. Uma análise crítica da violência sexual por parceiro íntimo no Irã. Fronteiras em psicologia. 2019; 10:2729. DOI: 10.3389/fpsyg.2019.02729
14. Manita C, Ribeiro C, Peixoto C. Violência doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de saúde. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;

2009. Available from: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13450>
15. Lejderman B, Bezerra S. Choro: um complexo fenômeno humano. *Rev. bras. psicoter.* 2014; 16(3):44-53. Available from: http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=160
16. Akotirene, C. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA. 2019.
17. Garcia D. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito.* 2020; 7(2), 97-120. DOI: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v7n2.2020.381>
18. Snead AL, Babcock JC. Differential predictors of intimate partner sexual coercion versus physical assault perpetration. *Journal of Sexual Aggression.* 2019; 25(2):146-160. DOI: <https://doi.org/10.1080/13552600.2019.1581282>
19. Albuquerque AL, Silva WC. Perfil da violência sexual contra mulheres atendidas no serviço de apoio à mulher. *Rev enferm UFPE on line.* 2017; 11(supl.5):2106-2115. Available from: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/resource/pt/bde-31507>
20. Bourdieu P. *As Regras da Arte.* São Paulo: Companhia das Letras; 2002.
21. Gomes, N. P., Almeida, L. C. G. D., Campos, L. M., Santana, J. D. D., Jesus, R. B. D., Santos, J. M. D. S., & Mascarenhas, R. N. D. S. Vulnerabilidade de mulheres ao estupro marital: reflexões a partir do contexto da pandemia da Covid-19. *Ciênc. cuid. saúde,* 2021: e57373-e57373.
22. Atapour N, Falsafinejad MR, Ahmadi K, Khodabakhshi-Koolae A. A Study of the Processes and Contextual Factors of Marital Infidelity. *Journal of Practice in Clinical Psychology.* 2021. 9(3), 211-226. DOI: <https://doi.org/10.32598/jpcp.9.3.758.2>
23. Nóbrega VKM, Pessoa JMJ, Nascimento EGC, Miranda FAN. Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. *Ciênc. saúde coletiva.* 2019; 24(7):2659-2666. DOI: <https://doi.org/10.1590/141381232018247.16342017>
24. Crema IL, Tilio R. Gênero e sexualidade nos relacionamentos íntimos: significados e experiências de idosos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática.* 2021, 23(2). DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPSP12948>
25. Rocha FA, Fensterseifer. A função do relacionamento sexual para casais em diferentes etapas do ciclo de vida familiar. *Contextos Clínicos.* 2019; 12(2), 560-583. DOI: <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.122.08>
26. Silva NNF, Leal SMC, Trentin D, Vargas MAO, Vargas CP, Vieira LB. Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência. *Enferm Foco.* 2017;8(3):70-74. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2017.v8.n3.1290>
27. Scull TM, Kupersmidt JB, Malik CV, Morgan-Lopez AA. Using media literacy education for adolescent sexual health promotion in middle school: Randomized control trial of Media Aware. *J Health Commun.* 2019; 23(12):1051-1063. DOI: 10.1080/10810730.2018.1548669
28. Olaleye OS, AJUWON AJ. Jovens e sexo não consensual: explorando as experiências de estupro e tentativas de sobreviventes de estupro em uma instituição terciária de Ibadan, na Nigéria. *Ghana Med J.* 2019; 53(4):279-286. DOI: 10.4314/gmj.v53i4.5
29. García-Vázquez J, Quintó Domech L, Nascimento M, Agulló-Tomás E. Evolution of sexual health in spanish and asturian adolescent. *RevEsp Salud Publica.* 2019; 93:e201909071. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/31482866>

Endereço para correspondência: Ionara da Rocha Virgens, 2ª Travessa do Gravatá nº 32, Itapuã. Telefone (71)98682-9653 e e-mail: ionararv@ufba.br

Data de recebimento: 07/12/2022

Data de aprovação: 13/10/2023

APOIO FINANCEIRO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.